

Ações afirmativas, movimentos sociais e reconhecimento – Estudos contemporâneos

Andreia Clapp Salvador¹

Angela Randolpho Paiva²

Angela Vieira Neves³

A atuação dos **movimentos sociais** no Brasil tem sido de grande importância sobretudo no campo da luta pela consolidação e garantia dos direitos civis, políticos, culturais e sociais. Nas últimas décadas, os movimentos sociais têm se constituído numa arena valorosa de ação política, onde ativistas e sujeitos coletivos demandam por novas e antigas agendas.

Se, de um lado, vimos a consolidação democrática de um regime que se instaurou no Brasil após a Constituição Federal de 1988, por outro lado temos uma ameaça no século XXI à democratização desses movimentos sociais que colocam em xeque práticas antidemocráticas que perduram na sociedade brasileira.

Nesse processo marcado no Brasil há uma heterogeneidade de movimentos sociais, atores coletivos que buscam à participação social, com projetos políticos em disputa, que marcaram com as diferenças nas lutas sociais a insatisfação e indignação diante dos retrocessos em torno dos direitos sociais. O debate atual sobre a participação social desses movimentos sociais coloca-nos em um paradoxo, porque se de um lado continuam existindo movimentos sociais organizados por trabalhadores, negros, índios, mulheres, movimento LGBT, movimento dos sem-teto, dos sem-terra, etc., de outro lado também existe uma criminalização dessa participação, é a democracia chamada por Ranciére (2014) como “democracia criminalizada”, em razão da onda neoconservadora e reacionária no mundo e no Brasil.

A busca pela democratização dos movimentos tornou-se fundamental a partir do século XXI e ela se manifesta no reconhecimento e na identidade coletiva dos diferentes movimentos sociais que se espalham no mundo e na sociedade. A luta pelo reconhecimento nos termos de Nancy Fraser (2007) coloca-nos um desafio constante de manter o direito conquistado como uma questão de status social

para superar a subordinação e preservá-lo na ameaça a práticas democráticas que alcançaram seu lugar na agenda política do Estado.

Essa revista mostra esses diferentes movimentos que reafirmam sua luta coletiva através do reconhecimento, da identidade e principalmente de ações afirmativas que se multiplicaram no Brasil ganhando não só visibilidade mas principalmente ampliando seus direitos através da participação social, das lutas sociais em busca de democratização e igualdade de seus projetos políticos em disputa.

Os pleitos são diversos, desde questões amplas e pertinentes à garantia e à ampliação de direitos sociais, luta pela consolidação dos direitos de grupos específicos, até a necessidade de reafirmação de **políticas públicas de cunho redistributivo e/ou de reconhecimento**. Esse novo contexto está associado a duas questões centrais, a relação entre cultura e política presente nos Movimentos sociais e sua democratização na sociedade civil.

No caso do Brasil, as **ações afirmativas se originaram da ação de movimentos sociais** e são uma resposta às exigências feitas por diversos grupos sociais como: negros, mulheres, homossexuais, pessoas com deficiência, entre outros. Tais coletividades têm lutado por direitos que historicamente lhes são negados e também pelo reconhecimento de suas especificidades enquanto grupo social. No campo das políticas afirmativas ocorreram nas últimas décadas importantes mudanças, mais notadamente no campo da educação e trabalho. Um novo cenário que se consolida e que precisa ser constantemente estudado e analisado. É, sobretudo, o caráter complexo das ações afirmativas, no tocante a sua implementação efetiva, ao reconhecimento de sua legitimidade, além das controvérsias que suscitam, que justifica a realização constante de novos estudos e a organização desta revista temática.

Hoje temos no Brasil uma experiência ampliada no campo das políticas de ação afirmativa, seja no que se refere a reserva de vagas nas universidades para estudantes negros, trabalhadores, indígenas, pessoas com deficiência entre outros mais, porém ainda se tem muito que avançar, seja no campo do acesso ao ensino superior público ou privado (garantido por lei) ou no sentido da permanência desses estudantes. O atual cenário de avanços e limites no campo das ações afirmativas é apresentado nos artigos do presente dossiê.

Desta forma, o presente número da Revista O Social em Questão traz artigos que analisam as políticas de ação afirmativa implementadas no Brasil e o papel protagonista dos movimentos sociais no processo de implementação, consolidação e manutenção dessas políticas. Portanto, o dossiê apresenta artigos que trazem reflexões relevantes no campo das ações afirmativas e sua importância

no enfrentamento das desigualdades sociais, raciais, étnicas, das pessoas com deficiência e dos grupos LGBT. Outros debates referentes a questão racial também foram destacados, a construção da identidade Quilombola, a contribuição da Lei 10.639/2003 que institui o ensino obrigatório da História e Cultura Afro-brasileira e africana no ensino fundamental e a atuação dos Pré-vestibulares populares. Por fim, o dossiê mostra também questões referentes ao reconhecimento e sua relação com o direito à cidade e a luta antimanicomial.

O primeiro artigo trata das ações afirmativas e mostra um estudo histórico do ativismo do Movimento Negro desde o Governo Vargas no que tange a educação da população negra. O artigo faz um debate a partir da literatura dos movimentos sociais negros durante os anos 40 e 50, considerando como um divisor na pauta pela reivindicação das cotas raciais.

Outro artigo da revista, de autoria de Joilson Santana Marques Junior, trata da implementação das políticas afirmativas e sua importância no processo de enfrentamento da desigualdade racial no Brasil, devido especialmente ao fato de ser responsável pela retirada da questão racial do domínio privado, colocando-a numa dimensão pública. Na segunda parte, o autor ressalta e analisa alguns marcos centrais no processo de constituição das ações afirmativas, como a Conferência Mundial de Combate ao racismo, xenofobia e intolerâncias correlatas, a criação da Secretaria especial de Políticas de promoção de Igualdade Racial e a política nacional de promoção da igualdade racial.

O artigo seguinte trata das políticas de cotas para pessoas com deficiência nas universidades e aponta para a seguinte questão, por que o grupo de pessoas com deficiência não foi contemplado nas primeiras Leis de cotas para acesso ao ensino superior estadual (Lei 3524/2000 e a Lei 3708/2001)? Nesse caso específico, a implementação de cotas só ocorreu posteriormente. O artigo ressalta a importância da implementação de medidas específicas, no caso reserva de vagas para esses grupos, devido ao seu caráter inclusivo e também para o exercício e garantia dos direitos fundamentais, baseado na igualdade e por meio de proteção e garantias estatais.

As ações afirmativas para ingresso de indígenas no ensino superior, é o tema central do quarto artigo. O artigo trata das ações afirmativas como políticas que resultaram das lutas do povo indígena, a importância da implantação das políticas de ingresso e permanência nas Universidades e ressalta as dificuldades presentes no processo de permanência desses estudantes nas Unidades acadêmicas, mais especificamente no caso da UFRGS. As autoras reafirmam a importância dessas políticas afirmativas, particularmente para esses grupos ao resgatar e reafirmar

a força dos movimentos sociais e o protagonismo dos estudantes indígenas nas universidades e em diversos espaços institucionais.

O quinto artigo, de Sarita Amaro, intitulado: “Promoção de culturas e práticas afirmativas no ensino superior: Ideias em ebulição”, traz questões referentes ao debate racial e social e sua relação com o tema das políticas afirmativas nas universidades Brasileiras. Para a autora é imprescindível que as Universidades possibilitem um maior diálogo interno e com a sociedade de forma geral, indicando uma maior interlocução entre as NEABS (Núcleo de Estudos Afrobrasileiros), comissões e programas universitários voltados para as questões afirmativas, com programas de governo e organizações da sociedade civil organizada (Movimento Negro, ONGs...), numa perspectiva de maior enfrentamento das desigualdades vividas pelas populações afrodescendentes e indígenas. A autora traz, também elementos referentes a uma questão hoje central no campo das políticas afirmativas, as comissões avaliadoras de cotas raciais e as atribuições dos avaliadores de candidatos a cotas que decidem sobre a inclusão/exclusão nos programas afirmativos, um dilema da atualidade.

Comunidades Remanescentes de Quilombos do Vale do Mucuri: Um emaranhado de significados no processo de construção identitário, é o tema do artigo de Sidimara Cristina de Souza e André Augusto Brandão. A partir da pesquisa realizada com lideranças locais e representantes das famílias residentes, buscou-se compreender o processo de construção da identidade do grupo entrevistado enquanto remanescente de Quilombo no interior das comunidades remanescentes de quilombo do Vale do Mucuri. Num primeiro momento os autores caracterizam e contextualizam historicamente as comunidades estudadas. Posteriormente, analisam o processo de construção da identidade de quilombolas e o processo de reconhecimento étnico dos diversos grupos pesquisados.

O artigo seguinte, “Lá eu sou respeitada”: Reconhecimento e Direito à cidade em um bairro do Programa Minha casa Minha vida, busca relacionar a teoria do reconhecimento a questões acerca do direito à cidade. A autora Taísa Sanches, traz para o debate os teóricos sobre Reconhecimento, Axel Honneth, Charles Taylor e Nancy Fraser e dois dos principais pensadores sobre o direito à cidade, Lefebvre e Harvey. Na segunda parte do artigo a autora apresenta parte de sua pesquisa realizada em um Bairro Minha Casa Minha Vida, onde foram entrevistados moradores que em sua maior parte oriundos de processo de remoção de favelas.

Cibele da Silva Henriques, no oitavo artigo, Do trabalho doméstico à educação superior: a luta das mulheres trabalhadoras negras pelo direito à educação superior, analisa o processo de luta das mulheres negras pela educação no Brasil

e a importância das políticas afirmativas no processo de ampliação e garantia dos direitos dessa população. Na primeira parte, a autora apresenta algumas das principais reformas educacionais Brasileiras e, no que diz respeito às trabalhadoras domésticas, tais reformas não garantiram a sua capacitação profissional e nem promoveram o seu acesso à educação superior. Mesmo ainda frente a um cenário de exclusão das mulheres negras, em especial, as trabalhadoras domésticas na educação superior, Cibele mostra a importância de determinadas experiências e algumas principais referências no campo da luta em prol da igualdade racial e a garantia no acesso aos direitos sociais: o Pré-vestibular para Negros e Carentes, EDUCAFRO, Movimento Negro unificado, SEPPIR entre outros mais.

O artigo seguinte, “Construindo discursos que constroem sujeitos? Um debate sobre a contribuição da Lei 10.639/2003 na luta antirracista, de Aline Batista de Paula, analisa limites e possibilidades no processo de efetivação da Legislação que institui o ensino obrigatório da História e Cultura Afro-brasileira e africana no ensino fundamental. O artigo apresenta dados da pesquisa realizada pela autora na Rede Básica de Ensino no sentido da superação do racismo, combate à discriminação racial e a relação com a Lei de 2003. No que tange as dificuldades de implementação da referida legislação no cotidiano escolar, alguns pontos foram ressaltados: a necessidade de incorporação dos conteúdos referentes à temática étnico-racial nas grades curriculares dos cursos de formação de professores, necessidade de uma real capacitação dos docentes, desvalorização da temática no cotidiano escolar, avanço de setores conservadores, sobretudo no campo da intolerância religiosa.

Vanessa Silveira de Brito e Maria Alice Rezende Gonçalves, no artigo intitulado “O PVNC na perspectiva do egresso”, apresentam dados de uma pesquisa sobre a importância dos Pré-vestibulares comunitários no acesso ao ensino superior e sua possível manutenção ou extinção. Na primeira parte do artigo as autoras realizaram um estudo de caso sobre o PVNC, entrevistando ex-alunos, que foram estudantes da PUC-Rio e, na parte seguinte, apresentam um levantamento da história da formação dos PVNCs no Rio de Janeiro. A pesquisa demonstra através das entrevistas que o PVNC ainda é uma importante estratégia no processo de inclusão de negros e/ou pobres no ensino superior. Essa manutenção dos pré-vestibulares comunitários se dá especialmente devido a insuficiência do ensino público no sentido de promoção dos conhecimentos necessários para o ingresso na universidade e também a existência de uma desigualdade educacional estrutural.

O artigo “Ativismos LGBT no oeste da Bahia: Percurso, situação atual e potências políticas”, apresenta resultados preliminares de uma pesquisa que inves-

tiga, a partir dos Estudos Queer, os percursos e modelos de ativismos e suas respectivas atuações e as políticas públicas voltadas para o respeito às diferenças de pessoas dissidentes de gênero e sexualidade de determinada região da Bahia. A pesquisa aponta para a precariedade ou a quase inexistência de políticas públicas voltadas para as pessoas dissidentes de gênero, uma condição que atinge tanto a região estudada quanto o Brasil. Um estudo que traz à tona a importância dos movimentos sociais no que tange especificamente a questões de gênero.

Finalizando o dossiê, o artigo -, (Ainda) Por uma sociedade sem manicômios: Experiências do Núcleo Estadual da Luta Antimanicomial do Rio de Janeiro, traz algumas das recentes ações culturais e articulações com outros movimentos sociais, realizadas pelo Núcleo Estadual da Luta Antimanicomial do Rio de Janeiro (Nemla/RJ). O texto apresenta elementos teóricos e de ativismo, que estão em constante relação e que buscam conjuntamente dar concreticidade a uma sociedade sem manicômios. O artigo mostra as atividades realizadas pelo Nemla/RJ, que organiza suas ações voltadas para a cidade, o Coletivo Surtô e o Coletivo Beijato!, movimentos que se unem em prol da luta antimanicomial.”

Referências

- FRASER, Nancy. *Reconhecimento sem ética?* Lua Nova, 70. São Paulo, 2007.
- RANCIERE, Jacques. *O ódio à Democracia*. São Paulo, Editora Boitempo, 2014.

Notas

- 1 Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professora do curso de Graduação e Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, Coordenadora do grupo de pesquisa: Políticas de Reconhecimento e Ações Afirmativas.
- 2 Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Pesquisadora do NIREMA - Núcleo Interdisciplinar de Reflexão e Memória Afrodescendente e Coordenadora central de cooperação internacional (CCCI) da PUC-Rio. Líder do grupo de pesquisa Direitos, reconhecimento e desigualdade.
- 3 Professora associada do Programa de Pós-graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da UNB. Doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP e líder do grupo de pesquisa sobre Democracia, Sociedade Civil e Serviço Social da UNB.